



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ – SP

**ESTUDO DE REVISÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA
DO SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA URBANA E DE MANEJO
DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE JACAREÍ**

PROPOSTA

**SÃO PAULO
MAIO/2025**

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	OBJETO	2
3.	METODOLOGIA	3
4.	PRODUTOS	5
5.	CRONOGRAMA	7
6.	ORÇAMENTO	8
7.	OBSERVAÇÕES FINAIS	9

1. INTRODUÇÃO

Em 15/01/2010 foi assinado o Contrato de Concessão Administrativa nº 3.001.00/2010, entre a Prefeitura Municipal de Jacaré e a Concessionária Ambiental Jacaré Ltda., para prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no município, por um prazo inicial de 20 (vinte) anos, que, após aditamento contratual, foi prorrogado para 30 (trinta) anos.

Ao longo da execução contratual, diversos eventos impactaram o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, resultando na necessidade de revisões e reequilíbrios. Entre os fatores relevantes, destacam-se a paralisação de serviços, notificações por descumprimento de obrigações contratuais e a aplicação de penalidades, incluindo autos de infração e sanções financeiras expressivas. Além disso, foram identificadas questões relacionadas ao cumprimento de encargos trabalhistas, regularidade tributária e exigências contratuais de prestação de contas, conforme registrado nos documentos administrativos da Unidade de Contratos e Convênios de Jacaré.

Em 2013, 2014 e 2015, foram assinados 3 (três) aditamentos ao Contrato que, entre outros aspectos, elevaram a contraprestação mensal e o prazo da Concessão.

2. OBJETO

A presente proposta tem como objeto a realização de estudo para avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Administrativa nº 3.001.00/2010, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jacareí e a Concessionária Ambiental Jacareí Ltda. O estudo analisará os impactos financeiros e regulatórios decorrentes de eventos contratuais recentes, incluindo notificações, penalidades, aditamentos e novas demandas decorrentes do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares).

O objetivo é fornecer embasamento para a tomada de decisão, considerando alternativas como a aplicação de cenários de reequilíbrio econômico-financeiro, imposição de novas penalidades contratuais, intervenção na Concessão, suspensão temporária da execução contratual, caducidade do Contrato ou rescisão unilateral por inexecução contratual.

Os serviços serão conduzidos por meio de um diagnóstico detalhado do Contrato, considerando aspectos jurídicos, regulatórios e econômico-financeiros. O trabalho resultará na proposição de cenários alternativos para reequilíbrio econômico-financeiro, e recomendações estratégicas para a continuidade da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

3. METODOLOGIA

Etapa I – Metodologia de Análise do Contrato

Análise dos documentos licitatórios e do Contrato de Concessão, para identificação dos parâmetros de equilíbrio e matriz de risco:

- Solicitação de dados (*data request*): Solicitação de diversos dados ao Serviço de Regulação de Saneamento de Jacareí (SRJ) sobre o Contrato, dentre eles: edital, contrato, anexos e proposta vencedora;
- Apresentação da metodologia de análise de equilíbrio econômico-financeiro de contratos: Apresentação da metodologia de análise utilizada para avaliar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos;
- Identificação das regras contratuais: Levantamento das regras contratuais, com o fito de definir o parâmetro de equilíbrio contratual, identificar a matriz de risco do Contrato, com seus dispositivos de compartilhamento de riscos, parâmetros de contratação, dispositivos de reequilíbrio contratual e demais regras contratuais pactuadas. Avaliação dos aditivos contratuais, de modo a identificar eventuais reflexos sobre as regras contratuais e o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Etapa II – Avaliação Diagnóstica

Avaliação do cenário atual da Concessão, considerando os pleitos apresentados pelas partes envolvidas. Tem como intuito obter o retrato do desequilíbrio atual do Contrato. Os méritos dos pleitos serão avaliados em termos jurídicos, técnicos e econômico-financeiros.

Análise do Contrato e documentação:

- Avaliação das cláusulas contratuais pertinentes ao equilíbrio econômico-financeiro e aos mecanismos de reequilíbrio;
- Revisão dos aditivos contratuais e seus impactos sobre as obrigações da Concessionária e da Prefeitura Municipal;

- Levantamento e estudo das notificações, autos de infração e penalidades aplicadas, considerando sua fundamentação jurídica e impactos financeiros.

Diagnóstico econômico-financeiro da Concessão:

- Identificação de receitas, custos e obrigações financeiras da Concessionária, incluindo encargos trabalhistas, tributos e eventuais débitos pendentes;
- Estudo dos impactos das penalidades e sanções financeiras sobre a capacidade da Concessionária de cumprir suas obrigações contratuais;
- Avaliação dos reflexos da inadimplência e da não apresentação de documentação fiscal e contábil;
- Estudo dos impactos das novas demandas decorrentes do PGIRS e do Planares.

Etapas III – Avaliação de Cenários

Proposição de uma análise detalhada dos cenários possíveis, para a continuidade ou encerramento do Contrato de Concessão, incluindo:

- Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- Imposição de novas penalidades contratuais à Concessionária;
- Intervenção na Concessão pelo Poder Concedente;
- Suspensão temporária da execução contratual;
- Caducidade do contrato, por descumprimento de obrigações essenciais;
- Rescisão unilateral, por inexecução contratual.

A análise considerará impactos financeiros, jurídicos e operacionais de cada alternativa, fornecendo embasamento para a tomada de decisão do SRJ e da Prefeitura Municipal.

4. PRODUTOS

4.1 ETAPA I – METODOLOGIA E ANÁLISE DO CONTRATO

Relatório 1 – Plano de trabalho e *Data Request*

Plano de trabalho contendo:

- A organização da equipe;
- O planejamento dos trabalhos;
- O cronograma de execução dos serviços, indicando os principais eventos, atividades necessárias e datas de reuniões;
- Os principais marcos de tomada de decisão, relacionados ao produto, indicando os responsáveis pelas decisões;
- A lista de dados e informações a serem fornecidas pela Prefeitura Municipal.

4.2 ETAPA II – AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Relatório 2 – Termo de Referência para um novo EVTE da Concessionária

Relatório das diretrizes para que a Concessionária elabore, em 60 (sessenta) dias, um novo Plano de Negócios de longo prazo, em substituição ao original, contendo:

- A manutenção dos parâmetros econômicos para o equilíbrio contratual, da proposta original;
- As expectativas do Concedente, com relação ao atendimento do PGIRS e do Planares, além de outros aspectos a incorporar, de interesse público;
- As descrições dos processos propostos, incluindo balanços de massa e energia;
- Os investimentos ligados a cada processo;
- Os custos operacionais.

Relatório 3 – Levantamento da Execução Contratual

Relatório das informações relativas à execução contratual até o momento presente, contendo:

- Quantitativos medidos anualmente, de todos os serviços executados;

- Cálculos dos reajustes de preços;
- Valores efetivamente pagos pelos serviços prestados;
- Investimentos realizados e desmobilizados;
- Reivindicações de correção de desequilíbrios;
- Sugestões e reclamações de usuários;
- Outros aspectos, de relevância, a apurar.

Relatório 4 – Avaliação do EVTE da Concessionária

Relatório de avaliação da consistência técnica e econômica do Plano de Negócios de longo prazo, apresentado pela Concessionária.

4.3 ETAPA III – AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS

Relatório 5 – Avaliação de Possível Desequilíbrio Contratual

Relatório do possível desequilíbrio contratual, contendo:

- Cálculo atualizado de possível desequilíbrio;
- Sugestões para mitigação e compensação desse desequilíbrio, dentro do atual contrato (obrigações e prazos);
- Sugestão de redação de minuta de aditivo contratual.

Relatório 6 – Avaliação Final

Relatório conclusivo, irá comparar os dois cenários: manutenção das obrigações e prazos originais, com compensação do possível desequilíbrio, contra a prorrogação por longo prazo, com novas obrigações, investimentos e contrapartidas públicas.

5. CRONOGRAMA

As atividades serão desenvolvidas no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, conforme o cronograma a seguir:

PRODUTO	DIAS													
	15	30	45	60	75	90	105	120	135	150	165	180	195	210
Relatório 1														
Relatório 2														
Relatório 3														
Relatório 4														
Relatório 5														
Relatório 6														

6. ORÇAMENTO

O valor total do projeto é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), a serem pagos em 6 (seis) parcelas, contra a entrega dos produtos, da seguinte forma:

PARCELA	PRODUTO	VALOR (R\$)
1	Relatório 1	150.000,00
2	Relatório 2	130.000,00
3	Relatório 3	120.000,00
4	Relatório 4	100.000,00
5	Relatório 5	100.000,00
6	Relatório 6	100.000,00
TOTAL		700.000,00

O regime de execução adotado será de empreitada por preço global.

7. OBSERVAÇÕES FINAIS

- Esta proposta é válida por 6 (seis) meses;
- O conteúdo da presente proposta é protegido pela legislação de direitos autorais e não pode ser reproduzido ou divulgado, no todo ou em parte, por nenhum meio ou modo, sem autorização da Fipe;
- Toda correspondência formal relacionada ao projeto será encaminhada pela Diretoria da Fipe ou por suas áreas administrativas.

Ilana Chenker
Coordenação de Pesquisas

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe
CNPJ: 43.942.358/0001-46